



Por José Augusto Moreira | 02.03.2010

Justiça contesta serviço mínimo para a greve de quinta-feira

O Sindicato dos Oficiais de Justiça (SOJ) contesta a requisição de serviços mínimos para a greve da próxima quinta-feira, alegando que não estão em causa quaisquer direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

Tratando-se de apenas um dia de paralisação, e a meio da semana, não perigam direitos nem se esgota qualquer tipo de prazos, pelo que o presidente do SOJ, Carlos Almeida, diz não compreender a posição do Governo. "Entendendo-se que esta greve pode pôr em causa direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, então o Governo tem que admitir que esquece os cidadãos noutras situações", argumenta o sindicalista, citando os casos do fecho dos tribunais no Carnaval ou nos feriados municipais.

O Ministério da Justiça decidiu convocar os serviços mínimos nos tribunais para quinta-feira, nos moldes em que o tem feito noutras greves de maior duração ou acopladas ao fim-de-semana. A paralisação foi convocada pela Frente Comum dos Sindicatos da Função Pública como forma de protesto contra o congelamento de aumentos salariais.